

IMPOSTOS



MUITOS FILHOS, POUCOS BENEFÍCIOS

A maior parte dos casais opta por ter entre um e dois filhos, mas ainda há quem desafie os números da natalidade e embarque na aventura das famílias numerosas. A nível fiscal, o esforço não compensa.

POR ANA TABORDA

“O Estado entende que os filhos devem des- contar muito pouco. Talvez porque não estejam em vias de extinção, como os burros de Trás-os-Montes, que dão mais benefícios, ou porque não são culturalmente relevantes como a televisão interactiva,” afirma Adelino Mendes, casado e com seis filhos. Entretanto, “deixa-me deduzir 115 euros por ano por cada filho em despesas de educação, mas posso deduzir 745 euros se comprar um painel so-

lar ou 250 euros se comprar um computador,” o que significa que se “podem comprar painéis solares para casas sem pessoas e computadores para serem usados por ninguém.”

Para além dos 154 euros que o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) prevê poderem deduzir-se anualmente por cada dependente, as despesas de educação são as únicas em que os valores divergem em função do número de filhos,

mas não em benefício das famílias numerosas: o limite à colecta é de 617,44 euros e, a partir do terceiro filho ou dependente, há uma majoração de 115 euros. Mas “este acréscimo é de apenas 25 por cento do normal. Portanto, se eu tiver dois filhos, deduzo aproximadamente 300 euros por cada um. Se tiver um terceiro, um quarto ou um quinto, só deduzo 115 por cada um deles, o que é penalizante,” explica José Silva Jorge. “Se tiver uma família muito grande, imaginemos com dez filhos, a média é extremamente baixa e completamente desincentivadora face às famílias só com um ou dois filhos, e com uma agravante: mesmo que seja só um filho o limite é de 617 euros,” acrescenta José Silva Jorge. Para o sócio e fiscalista da Ernst & Young, “não é economicamente compensador ter uma família numerosa, porque os aumentos nas deduções são marginais e não têm nenhuma comparação com o nível de despesas e encargos que os filhos implicam.”

Uma situação que tem particular relevância quando relacionada com os núme-

ADELINO MENDES, 44 anos, economista

TERESA FERRO, 44 anos, engenheira
6 FILHOS, entre os 2 e os 14 anos

ONDE VIVEM Matosinhos

DESPESAS FIXAS MENSAIS

EDUCAÇÃO	1.600 €
ALIMENTAÇÃO	1.200 a 1.400 €
ÁGUA	60 €
GÁS	74 €
ELECTRICIDADE	78 €
TOTAL	entre 3012 a 3212 €

Gastam 88 por cento do rendimento disponível em despesas fixas, sobram-lhes 12 por cento para poupanças e despesas extraordinárias.

SEM LIMITES PARA SONHAR

"Começando por ter um, seguido de outro, mais outro, e assim sucessivamente, até chegar aos seis. Simples, fácil, expedito, apaixonante e divertido, para dar forma a um sonho sem fim." Para Adelino Mendes e Teresa Ferro, ter seis filhos foi algo que surgiu naturalmente: "não decidimos, não temos jeito para essas coisas complicadas," dizem em jeito de brincadeira, e deixam em aberto a hipótese de aumentar ainda mais a família. É rara a manha que não começa por volta das sete, com Adelino a dar o primeiro sinal para o acordar. A agenda semanal, pendurada no frigorífico, dita os caminhos a seguir, mas há sempre espaço para "ajustamentos de última hora, muita imaginação, envolvimento total dos dois e, em SOS, de alguns elementos exteriores à família." Contam apenas com a ajuda de uma empregada duas tardes por semana e, quanto às dificuldades, preferem não se preocupar muito com elas: "nunca sai de casa com todos os semáforos verdes e isso não me impediu de chegar ao destino," defende Adelino. Ainda assim, admitem que, "a nível físico e psicológico é extremamente desgastante."

ros da natalidade. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2005 nasceram 109.457 crianças. Com um índice de fecundidade de 1,4 filhos por mulher, "Portugal continua a não assegurar a renovação de gerações e o défice de nascimentos ronda os 55 mil por ano," explica Fernando Castro, presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN). Para que haja renovação de gerações, é preciso que nasçam 2,1 filhos por mulher, e isso já não acontece há mais de 20 anos: "desde 1986 que o índice de fecundidade anda entre 1,4 e 1,5 filhos, quando ainda nos anos 60 andava na ordem dos três," explica Mário Leston Bandeira, professor do Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), especialista em demografia. "Se o Estado penaliza quem constitui família, quem se casa e quem tem filhos, significa que está a favorecer o envelhecimento da população e o decréscimo da natalidade," acrescenta Rui Marques, fiscalista da Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF).

PEQUENAS FAMÍLIAS Mas esta situação não é exclusiva de Portugal: em 2005, nenhum país da União Europeia (UE) conseguiu assegurar os valores mínimos para renovar a população. O que mais se aproximou foi a França, com 1,94 filhos, seguido da Irlanda, com 1,88, Dinamarca, Finlândia e Reino Unido, todos com 1,8. No ex-

tremo oposto estão a Eslováquia, com 1,25, a Eslovénia, com 1,26, a Lituânia, com 1,27, e a Grécia e República Checa, cada um com 1,28. No geral, em 2005, a UE registou um volume de nascimentos de 1,52 filhos por mulher. Tendo em conta os valores actuais, em Portugal, é preciso aumentar o índice de fecundidade em 0,7 filhos, o que implica "convencer uma em cada duas mulheres a ter mais um filho," acrescenta Fernando Castro. E isto para que o país deixe de ser o sétimo com a população mais envelhecida do mundo, e um dos que tem a natalidade mais baixa.

O EXEMPLO FRANCÊS

É o regime apontado como mais favorável. É aplicado um coeficiente familiar em função do número de filhos: se o casal tiver um único dependente, o coeficiente é de 2,5 e sobe para 3, 4 e 5 no caso de, respectivamente, dois, três e quatro dependentes. Para além disso, há um limite anual de 2.300 euros de dedução por dependente para as crianças com menos de sete anos. Em relação ao ensino básico, secundário e superior, as despesas são financiadas no montante de 61, 153 e 183 euros, respectivamente. Podem-se, ainda, deduzir 50 por cento das despesas com empregados domésticos até ao limite de 6.800 euros anuais, explica a consultora Deloitte.

ser menor, o Estado está mais disponível para o apoio às famílias, seja nos incentivos fiscais, seja nos apoios financeiros. Já para não falar na conciliação entre vida familiar e profissional, com a possibilidade de trabalho a tempo parcial para as mulheres," defende Rui Marques.

CONSUMO PENALIZADO Em Portugal, o cenário não é animador: em 2004, das cerca de 58 por cento de famílias portuguesas com filhos, 52,3 por cento ti- ➤

Os países com um número de nascimentos mais elevados são, também, os que têm melhores políticas fiscais de incentivo à natalidade e apoio às famílias: "a França, a Inglaterra e, de uma forma geral, os países nórdicos, incentivam claramente a natalidade", afirma Rosa Freitas Soares, fiscalista da Deloitte. "Curiosamente, até nos países onde a tradição familiar parece

FAMÍLIAS EM PRIMEIRO PLANO

Entrou em vigor em Janeiro deste ano, e conta já com a adesão de 400 famílias numerosas, de acordo com os números apresentados pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Real. Com uma população maioritariamente envelhecida, a autarquia optou por oferecer descontos no valor de 50 por cento para todos os agregados familiares com quatro ou mais pessoas. Para além das taxas e licenças municipais e do preço da água, os descontos centram-se nas áreas da educação e cultura: os membros de famílias numerosas pagam apenas metade do preço. Para o autarca, Nazaré Pereira, "estes descontos são uma forma de estimular a fixação de famílias no concelho," e, "apesar de não serem decisivos na opção de ter, ou não, mais

filhos, permitem dar algum conforto aos agregados familiares que decidam fazê-lo." A par do cartão municipal para famílias numerosas, a autarquia está em fase de negociação com empresas privadas do concelho, no sentido de alargar os descontos às compras efectuadas no centro histórico da cidade. Mas "ainda é cedo para saber se estas medidas vão ajudar a estabilizar a população, ou mesmo a fazê-la aumentar," admite o vice-presidente da câmara. Os descontos previstos incidem sobre refeições e ATL nas escolas e jardins-de-infância da rede pública, no Conservatório Regional de Música, piscinas municipais, campos de férias, transportes públicos, espectáculos no Teatro Municipal, taxas e licenças municipais e consumo de água.

IMPOSTOS

ENTREVISTA

FERNANDO CASTRO, presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN)

“HÁ UM FORTÍSSIMO DESINCENTIVO À FAMÍLIA”



A revisão do sistema fiscal português, a actualização das pensões familiares e o estabelecimento de uma política global para a família são as principais propostas da APFN. Incentivar os portugueses a ter mais filhos, sem que sejam penalizados por isso, é o principal objectivo da associação, para que no futuro, o número de famílias numerosas possa ter dois dígitos.

Com um índice de fecundidade de 1,4 filhos por mulher, Portugal está longe de assegurar a substituição de gerações. Falta uma política de incentivo à natalidade?

Não somos a favor de políticas natalistas. Defendemos, sim, uma política de família. Ela é a célula base da sociedade e, como tal, no mínimo não deve ser hostilizada: os casais devem ter os filhos que quiserem sem serem penalizados por isso. No último inquérito à família e natalidade, quando se perguntou às pessoas quantos filhos queriam ter, o resultado foi 2,1. Portanto, se houver uma política de apoio à natalidade que vá ao encontro desses números, não é preciso uma política natalista: um filho é um rombo imenso no orçamento familiar e, uma vez que toda a sociedade vai beneficiar disso, também tem que ajudar a financiar.

Em concreto, quais as medidas defendidas pela APFN?

Em primeiro lugar, um abono de família que mereça esse nome. E que seja igual para todos, independentemente do rendimento e do número de filhos. Em relação ao montante, façam aquilo que fizeram com as propinas: aumentaram, e bem, para os valores de 1973. Nesse ano, as propinas eram de 275 escudos, o equivalente a um décimo do salário dos recém-licenciados. Nós propomos que o abono de família seja

de 120 euros mensais por cada filho e, mesmo assim, ainda estamos longe da média europeia, em que um décimo do salário de um recém-licenciado ronda os 150 euros.

Para além do abono de família, mesmo a nível fiscal, as famílias numerosas não são incentivadas...

A nível fiscal, há um fortíssimo desincentivo à família. Antigamente, bastava duas pessoas casarem para pagarem mais impostos. Isso agora acabou, e bem. Mas continua a não existir dedução por número de filhos para os casados, enquanto os divorciados podem deduzir, cada um, 6.500 euros por ano. Estes valores deviam ser iguais: propomos que, quer casados, quer divorciados, possam deduzir 3.250 euros por ano por cada filho, ou seja, metade desse valor.

O próprio cálculo do IRS não tem em conta o número de filhos e o rendimento é apenas dividido pelos dois membros do casal. É uma situação justa?

Não. Nós defendemos a criação de um coeficiente familiar: não é justo que um casal sem filhos, e outro com dez, mas ambos com rendimentos de cinco mil euros, paguem o mesmo IRS. Se houver um filho, em vez de se dividir por dois, deve-se dividir por 2,1 e o ideal seria convergir até aos 0,5 por filho. Por outro lado, deve ser fixado um nível mínimo de existência para cada pessoa: até 14 vezes esse valor por cada indivíduo, a família não deve estar sujeita a impostos. Teoricamente esse valor devia ser equivalente ao rendimento mínimo mas, para já, defendemos metade. E o valor da reforma também deve depender do número de filhos: quem tem uma família numerosa não tem tempo para poupar e deve receber mais.

» nham, no máximo dois. Com três filhos existiam apenas 4,3 por cento de agregados e, com quatro, os números descem para os 1,3. No geral, o número de famílias numerosas, com cinco ou mais membros, não chega aos 10 por cento e as portuguesas raramente são mães antes dos 30. Para Mário Leston Bandeira, “a tendência é para a situação se agravar: o nascimento de poucas crianças gera efeitos em cadeia, o que faz com que as gerações sejam cada vez mais pequenas e dificulta a sua renovação”.

Para alterar esta situação, “não defendemos condições melhores para as famílias numerosas, apenas iguais. Aceitamos pagar mais por sermos mais, mas não muito mais,” defende Adelino Mendes, e dá o exemplo da água: “a câmara de Matosinhos recusa-se a ajustar os preços, por isso, enquanto uma família pequena paga 0,53 euros por metro cúbico, nós pagamos 1,57 euros, porque subimos de escalão, mas gastamos apenas e per capita o que está definido pelas Nações Unidas — cem litros de água potável por dia.” A mesma situação enfrenta a família Cotta: “as famílias numerosas acabam por pagar mais. Nunca conseguimos que a Câmara Municipal de Setúbal tivesse em conta o número de pessoas do agregado

NA DETERMINAÇÃO DO ESCALÃO DO IRS, A LEI “NÃO TEM EM CONSIDERAÇÃO SE É UM CASAL SEM FILHOS, COM DOIS OU COM QUATRO,” EXPLICA RUI MARQUES

familiar,” explicam Ana e Raul Cotta. De acordo com a APFN, esta situação já foi alterada em mais de 20 câmaras municipais, mas ainda há muitas em que esta diferenciação não é feita.

IMPOSTOS POUCO FAMILIARES Mas, “ao nível da tributação propriamente dita, a situação ainda é pior: para determinar o escalão do agregado familiar, o montante divide-se por dois, mas não tem em consideração se é um casal sem filhos, com dois ou com quatro,” explica Rui Marques. De acordo com o fiscalista da CNAF, desse ponto de vista, há sistemas bem mais fa-

voráveis à natalidade: “em vez de se dividir por 2, divide-se por 2,1, 2,2 ou 2,5, em função da dimensão da família.” A opinião é unânime: em Portugal, as contas do IRS só pensam nas famílias com um ou dois filhos, quando o ideal seria ajustar o rendimento ao número de elementos da família.

Por outro lado, “os apoios da Segurança Social são vergonhosos,” defende Raul Cotta. Para Saldanha Sanches, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e especialista em assuntos fiscais, é precisamente aqui que se deve investir: “a única forma justa de beneficiar as famílias passa pela atribuição de subsídios directos em dinheiro, ou seja, aumentar o abono de família e dar esse valor a todas as famílias,” independentemente dos rendimentos, e “tal como acontece na Alemanha.” “Não me choca que não beneficiemos os que têm mais rendimentos, mas isso torna o sistema mais difícil de gerir,” acrescenta Saldanha Sanches, preferindo, por isso, que seja determinado um valor, e que esse valor seja atribuído desde que se tenha pelo menos um filho, sem ter em conta o rendimento das famílias.

Para os especialistas, as políticas de incentivo à natalidade não se devem reduzir à vertente fiscal, mas ter igual expressão nas políticas sociais, de educação e de habitação. “Em suma, em primeiro lugar o Estado deve tirar o pé de cima das famílias e, em segundo, deve reconhecer, através de incentivos ou apoios, a sua importância,” defende Rui Marques. De acordo com a APFN, em França, as famílias portuguesas têm, em média, 2,09 filhos: se as medidas fossem semelhantes em Portugal, a associação de famílias acredita que a taxa de natalidade poderia rondar esses valores. “Era justo que, nomeadamente ao nível das despesas de educação, a situação se alterasse e em vez do acréscimo ser de 115 euros, devia ser mais de metade do outro: 400 euros no terceiro filho, 500 no quarto e por aí fora,” acrescenta Rui Marques.

Carlos Velez acrescenta uma outra medida: a autonomia do ensino e da educação. “Cada filho custa um dado valor ►►

GERIR A FAMÍLIA

Equilibrar a carreira e a família não é tarefa fácil. Que o diga Carolina Velez. Quando o segundo filho nasceu, e feitas as contas, decidiu que não valia a pena continuar a trabalhar: “prefiro ter menos coisas e estar em casa, com eles.” Mas o tempo livre acaba por não ser muito: depois de levar as crianças à escola, segue para o curso de arte plástica e, só a partir das 16h, volta a dedicar-se em exclusivo à família. “Há muita falta de emprego, sobretudo em *part-time*,” defende Carlos Velez, que considera que esta poderia ser uma boa alternativa para muitas mulheres. Com três filhos a cargo, e um agregado familiar de cinco pessoas, estão no limiar de uma família numerosa: “é caricato como é que uma família como a nossa, com apenas três filhos, já é considerada numerosa,” questionam. A falta de apoios do Estado é um dos factores apontados pelo casal: “estão mais preocupados com o aborto, e não em ajudar as mulheres a levar a natalidade até ao fim,” defendem. “Estamos perante uma cultura que não defende nem a vida, nem a família”, acrescenta. Mas, por enquanto, o casal não pensa ter mais filhos: “gerimos bem este equilíbrio e um quarto filho implica algumas alterações, nomeadamente a nível logístico, como por exemplo a necessidade de um carro de sete lugares exigida por lei.”

CARLOS VELEZ, 37 anos, médico veterinário

CAROLINA VELEZ, 38, artista plástica

3 FILHOS entre os 5 e os 9 anos

ONDE VIVEM Manique

DESPESAS FIXAS MENSAIS

EDUCAÇÃO	700 €
ALIMENTAÇÃO	variável
ÁGUA	50 €
GÁS	40 €
ELECTRICIDADE	45 €
TOTAL	variável





RAUL COTTA, 47 anos, agente de navegação

ANA COTTA, 39, técnica de serviço social

5 FILHOS, entre os 4 e os 17 anos

ONDE VIVEM Setúbal

DESPESAS FIXAS MENSAIS

EDUCAÇÃO	850 €
ALIMENTAÇÃO	700 €
ÁGUA	80 €
GÁS	60 €
ELECTRICIDADE	60 €
TOTAL	2090 €

Gastam 76 por cento do rendimento em despesas fixas: sobram-lhes 24 por cento para outros gastos

A CONTA CERTA

"Quando terminei a licenciatura já tínhamos cinco filhos," recorda Ana Cotta. "Para fazer a tese, era frequente estar eu a ditar, o Raul a escrever no computador, e três ou quatro filhos à volta," conta. Dificil é lembrar-se da última vez que tiveram a casa completamente arrumada ou de conseguirem sentar-se a ver televisão sem interrupções: "gerir uma família numerosa tem muito a ver com a atitude face à vida. É preciso saber desfrutar da companhia deles e não estarmos sempre nervosos". Do casal, Ana Cotta é a primeira a chegar a casa, por volta das 17h30. Raul ainda regressa a Setúbal para dar aulas: "Há dois dias em que chego às 21h30 e outros dois às 23h30," explica. Sempre é mais um rendimento extra, mas "se não gostasse do que estava a fazer, se calhar não compensava o sacrifício", admite. Os horários do casal são planeados em função da escola e das actividades dos filhos. Contam com a ajuda da filha mais velha, de 17 anos, e de uma empregada, que contrataram depois de nascerem os gémeos, de quatro anos. Ter mais filhos é uma questão que já não se põe: "quer a nível económico, quer ao nível da organização familiar, não é viável", defendem.

► ao Estado, o que eu peço é que me dêem esse dinheiro, em forma de cheque, para que possa educar os meus filhos no estabelecimento de ensino que quiser," explica, assumindo a opção das escolas privadas.

FUTURO EM XEQUE Para já, o futuro não parece promissor. De acordo com as projecções do INE, a população residente em Portugal em 2050 diminuirá, podendo oscilar entre os 7,5 milhões, no cenário mais pessimista, e os dez milhões, no mais optimista. Ainda assim, para Fernando Castro e Adelino Mendes, estas projecções são tudo menos realistas: "têm vindo a dourar a pílula, atrasando uma verdadeira política de apoio à família por parte do Governo." Mesmo a nível cultural, a APFN defende que é preciso um discurso forte e permanente de apoio, sustentado por medidas de âmbito local. "Para as classes média e média baixa, ter filhos é quase um luxo: deviam existir políticas mais substanciais de apoio, ao nível dos subsídios, mas também dos equipamentos," acrescenta Mário Leston Bandeira.

Para a família Cotta, "o ideal seria que as pessoas não tivessem medo de ter filhos, porque, com alguns sacrifícios, as coisas conseguem-se. Se calhar temos menos tempo livre e não conseguimos comprar uma casa no campo e outra na praia, mas chega-se lá e é bastante compensador." Montanhista nos poucos tempos livres que tem, Adelino Mendes gosta mais da caminhada do que da euforia efémera de chegar ao topo e compara isso com a forma como encara a família: "vejo o cume da montanha, divirto-me a subi-la e contemplo do alto o sucesso da minha conquista. Venci-me, superei-me e tenho orgulho nisso. E muito!" 

ID: 15585200	Público	Tiragem: 60923	Página: 1
Data: 08-12-2006	Dia D	País: Portugal	Cores: Cor
		Âmbito: Informação Geral	Área: 9,69X7,06 cm2
		Perid.: Semanal	Corte: 6 de 7



26 *Impostos*

26 Impostos
Ter uma família numerosa
não compensa.

ID: 15585200	Público	Tiragem: 60923 País: Portugal Âmbito: Informação Geral Perid.: Semanal	Página: capa Cores: Cor Área: 6,8X3,47 cm2 Corte: 7 de 7	■
Data: 08-12-2006	Dia D			

IMPOSTOS
POR QUE NÃO COMPENSA
TER UMA FAMÍLIA NUMEROSA
PÁGINA 26